

País mostra programa austero aos credores

Mas, para seu sucesso serão necessários novos financiamentos dos bancos internacionais

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, negociará com os credores internacionais novas condições de pagamento da dívida externa brasileira, durante o carnaval, munido de um programa de estabilização da economia que tem por objetivo garantir, este ano, a difícil combinação de um crescimento econômico com combate simultâneo da inflação, para evitar a recessão.

O programa comportará uma proposta de política monetária e fiscal austera, um balanço de pagamento equilibrado, uma política de controle de renda mínimo e investimento do setor público, capaz de permitir o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 4 e 5 por cento. Para assegurar o sucesso dessa estratégia será indispensável a obtenção de novos financiamentos dos bancos credores.

POLITICA MONETARIA

Não existe a priori uma previsão segura do comportamento da inflação para 1987. Entretanto, a expansão dos meios de pagamento (moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) e da emissão de moeda (base monetária) está diretamente conectado com a variação da inflação para evi-

tar o perigo da recessão.

Nesse sentido, a política monetária será acionada em sintonia fina com a evolução do índice de inflação mensal. Ou seja, como a instabilidade atual decorrente da explosão inflacionária e queda das reservas cambiais inviabiliza pelo menos nos próximos dois meses, uma previsão segura quanto ao comportamento da inflação ao longo do ano, o Banco Central conduzirá os meios de pagamento e a emissão de moeda, no ritmo do processo inflacionário.

Independente das incertezas, o Ministério da Fazenda prevê que a partir de abril até junho a inflação deverá oscilar mensalmente entre 7 e 8 por cento. A partir de julho até dezembro provavelmente será possível assegurar um índice mensal entre 3 e 4 por cento. Isso, porém, somente será possível se à trégua cambial seguir uma trégua social. O apoio geral obtido junto aos partidos políticos, empresários e sindicatos com a decisão de suspender por tempo indefinido o pagamento dos juros da dívida externa poderá dar motivo à trégua social.

A política monetária restritiva, entretanto, manterá a taxa de juros real positiva, isto é, acima da inflação, mesmo que essa venha a ceder nos próximos meses. A redução da oferta de moeda aumentará o custo do dinheiro e elevará o déficit do setor público, pois o

custo da dívida pública encarecerá — “ficará provado que o déficit não pressiona os juros e sim o contrário”, assegurou um economista da assessoria econômica do Ministério da Fazenda.

Seguramente haverá uma inversão da condução da política monetária este ano em relação ao ano passado. Com o Plano Cruzado, o Governo adotou um comportamento flexível na expansão dos meios de pagamento e emissão de moeda, sob o argumento de que era necessário, com o fortalecimento da moeda, aumentar a demanda de dinheiro (remonetização) na economia. Ao final de dezembro de 1986, os meios de pagamento registraram um crescimento de 279 por cento, enquanto a inflação (sem computar o ágio, os subsídios e incentivos fiscais) ficou em torno de 60 por cento.

POLITICA FISCAL

Cortes nos gastos com subsídios, isenções e reduções fiscais e contenção dos bancos estaduais — essa é a promessa do governo para atender as reivindicações de setor privado que considera o setor estatal a maior fonte de pressão inflacionária por gastar mais do que arrecada.

O Governo, no entanto, jogará responsabilidade do corte nos subsídios e nas isenções e reduções fiscais para o Congresso, com o

envio de um decreto-lei. Até o momento, todas as tentativas oficiais para reduzi-los foram infrutíferas. As resistências políticas impediram-nas. Como o governo entende que a força do lobby deverá prevalecer no Congresso, no ano da Constituinte, a eliminação ou redução dos subsídios ficará por conta das disputas entre os poderosos lobbies.

O Governo desembolsou, no ano passado, com os subsídios ao trigo, açúcar e leite cerca de Cz\$ 60 bilhões, sendo Cz\$ 30 bilhões com açúcar, Cz\$ 23 bilhões com o Trigo e entre Cz\$ 2 bilhões e Cz\$ 3 bilhões com o leite.

Com os incentivos fiscais, o Tesouro Nacional gastou, no ano passado, cerca de Cz\$ 50 bilhões. Inicialmente, o governo previu desembolso de Cz\$ 35 bilhões. O congelamento de preços, porém, obrigou-o a desembolsar recursos adicionais sob pressão dos empresários. Isenções nas importações, nos impostos, entre outros foram os mecanismos utilizados para contornar o congelamento, conseqüentemente, pressionar o déficit do setor público.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

A projeção do balanço de pagamentos, em 87, dependerá essencialmente do comportamento da balança comercial. O País precisará, no entanto, de 14,4 bilhões de dólares para equi-

librar as suas contas.

Junto aos credores oficiais no Clube de Paris, o Governo prometeu realizar um superávit comercial de 10,2 bilhões de dólares.

A queda acentuada das exportações nos últimos três meses e as perspectivas de crescimento moderado do comércio internacional, taxa de juros possivelmente em ascensão em equilíbrio com a queda do dólar (para não provocar fuga de capitais dos EUA e retorno da inflação) e aumento do preço do petróleo tornou-se a proposta brasileira ao Clube de Paris de difícil cumprimento. Outra projeção de superávit comercial já foi feita, de 7,8 bilhões (1,8 bilhão no primeiro semestre e 6 bilhões, no segundo, de acordo com Rubens Ricúpero, assessor internacional do Palácio do Planalto, vocalizando as previsões da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB).

POLITICA DE RENDAS

Preços, salários e juros serão conectados à política monetária restritiva, mas o Governo insiste em afirmar que não haverá novo congelamento de preços apesar de o Presidente, em seu discurso de sexta-feira, ter ressaltado que o Plano Cruzado não morreu e este pressupõe o congelamento.

O deputado João Hermann (PMDB/SP) insistiu, com o ministro, na última

quartafeira se viria ou não um novo congelamento, e Funaro foi enfático: “não”. Para o ministro, o primeiro trimestre do ano será, mesmo, de inflação alta, na casa dos 15 a 20 por cento, mas a partir de abril será possível assegurar um patamar inflacionário entre 8 e 10 por cento, segundo o líder do PMDB, Luis Henrique: “O quadro que a oposição e a imprensa estão pintando é exagerado. Neste primeiro semestre, o índice ainda deverá ficar na casa dos dois dígitos, mas a partir de julho, previu, a economia conviverá com inflação razoável, na casa de um dígito, conforme nos assegurou o ministro”.

A preocupação do ministro é com a pressão inflacionária a ser exercida pelo gatilho salarial. O assessor econômico especial do ministro, o economista João Manoel Cardoso de Mello passou a defender o fim do gatilho substituindo-o pela livre negociação. Politicamente, porém, a proposta é inviável. Funaro continua apostando num entendimento entre governo, empresários e trabalhadores. Possivelmente a trégua cambial levará à trégua social e em vez de o gatilho disparar mais de duas vezes o Governo concederá um abono salarial correspondendo ao realinhamento de preços que ainda não encerrou, como defende Luis Gonzaga de Mello Belluzzo.